

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

### ATA NÚMERO TRINTA E NOVE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA DEZASSETE DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.

Aos dezassete dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da Sede do Município, compareceram o Senhor Álvaro dos Santos Beijinha, Presidente da Câmara Municipal, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Vice-Presidente, Óscar Domingues Ramos, Luís Filipe dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Francisco Maria Carrajola de Sousa e Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Vereadores, a fim de se efetuar a reunião ordinária da Câmara Municipal.

Como se achavam em número legal para se constituírem em reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta pelo Senhor Presidente, Álvaro Beijinha, às nove horas e trinta minutos.

Seguidamente, o Senhor Presidente colocou para discussão e aprovação as atas números trinta e sete e trinta e oito das reuniões anteriores, as quais foram aprovadas, por unanimidade.

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:

#### ANTES DA ORDEM DO DIA:

#### CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM – TRANSPORTES ESCOLARES -PARAGEM AUTOCARROS

O Senhor Vereador Óscar Ramos sugeriu que fosse vista a viabilidade de criar uma paragem para autocarros no Largo de Santiago de Compostela e analisada com a empresa Rodoviária a possibilidade dos mesmos deixarem ali os alunos das escolas, sobretudo nos dias de chuva, para que não tenham que se deslocar desde a garagem da empresa, dado que fica mais longe.

O Senhor Presidente referiu que o assunto poderá ser visto com a empresa Rodoviária.

#### MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM – CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES – CONTRATOS SEM TERMO.

O Senhor Vereador Jaime Cáceres deu conhecimento de que vão ser contratados dois trabalhadores com deficiência, os quais se mostraram dedicados e cumpridores das suas funções, acrescentando que será dada continuidade à contratação de mais trabalhadores com dificuldades especiais, no âmbito de uma colaboração com outras entidades, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional e a Cercisiago.

#### ORDEM DO DIA:

Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria no dia dezasseis de outubro do corrente ano, eram as seguintes:

**OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 4.178.324,45 €** (quatro milhões cento e setenta e oito mil trezentos e vinte e quatro euros e quarenta e cinco cêntimos).

**OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 249.743,13 €** (duzentos e quarenta e nove mil setecentos e quarenta e três euros e treze cêntimos)

#### OUTRAS DELIBERAÇÕES:

**ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM**

**ASSUNTO: Décima Segunda Alteração às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e dois.**

**LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém**

**REFERÊNCIA: Processo número trezentos e cinquenta ponto dez ponto zero zero um barra**

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

---

um da DAGF barra SC de Dois Mil e Dezanove.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** - Aprovar a Décima Segunda Alteração às Atividades Mais Relevantes Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e dois, documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número duzentos e nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos Membros do Executivos.-----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o ponto 8.3.2. do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar.-----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU.-----

Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

**ASSUNTO:** Décima Primeira Alteração ao Plano Plurianual de Investimento de Dois Mil e Dezanove/Dois Mil e Vinte e dois.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém-----

**REFERÊNCIA:** Processo número trezentos e cinquenta ponto dez ponto zero zero um barra um da DAGF barra SC de Dois Mil e Dezanove.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Aprovar a Décima Primeira Alteração ao Plano Plurianual de Investimento de Dois Mil e Dezanove /Dois Mil e Vinte e dois, documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número duzentos e dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos Membros do Executivos.-----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar.-----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU.-----

Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM-----

**ASSUNTO:** Décima Segunda Alteração ao Orçamento de Dois Mil e Dezanove.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém-----

**REFERÊNCIA:** Processo número trezentos e cinquenta ponto dez ponto zero zero um barra um da DAGF barra SC de Dois Mil e Dezanove.-----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Aprovar a Décima Segunda Alteração ao Orçamento de Dois Mil e Dezanove, documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número duzentos e onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelos Membros do Executivos.-----

**FUNDAMENTOS:** De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL-Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar.-----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU. -----

Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

**ENTIDADE:** MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM. -----

**ASSUNTO:** Adjudicação da empreitada de qualificação e valorização da área de acolhimento empresarial de Santo André. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Vila Nova de Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2019/300.10.001/9, da Secção de Aprovisionamento e Património. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** UM - Aprovar o 2º Relatório Final elaborado pelo Júri do procedimento. -----

**Dois** – Aprovar a adjudicação, na sequência de concurso público, da empreitada de qualificação e valorização da área de acolhimento empresarial de Santo André, à sociedade comercial PROTECNIL – SOCIEDADE TÉCNICA DE CONSTRUÇÕES, SA. pelo valor de 1.976.335,89 €, a que acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o montante global de 2 094 916,04 €.

**Três** – Aprovar a Minuta do Contrato a celebrar com o adjudicatário, , de acordo com o disposto no nº 2 do artº 40º do CCP; -----

Documentos que são dados como reproduzidos na presente Ata com o número duzentos e doze, ficando arquivados na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricados Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da Reunião. -----

**FUNDAMENTOS:** Um – Para efeitos do disposto no nº 1 do artº 73º, e nos nºs 3 e 4 do artº 148º, ambos do Código dos Contratos Públicos. -----

**Dois** - O órgão competente para tomar a decisão de contratar, e consequentemente, de adjudicar, é a Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea b) do nº 1 do artº 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, cuja disposição foi mantida em vigor pela alínea j) do nº 1 do artº 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU. -----

Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

**OBSERVAÇÕES:** O Senhor Vereador Óscar Ramos observou que tinham algumas dúvidas sobre este assunto, tendo em conta os valores idênticos de algumas das empresas concorrentes, esperando que tudo corra bem neste processo.

**JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:** O Senhor Vereador Luis dos Santos declarou que concordava com a realização da obra e que o seu sentido de voto tinha sobretudo a ver com o facto de não ser parte activa no processo de adjudicação da mesma. -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Consolidação de mobilidades intercarreiras -----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** 2017/250.20.600/21/25/26DGRH -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**PROPOSTA:** Aprovar a consolidação da mobilidade intercarreiras da carreira e categoria de Assistente Operacional, para a carreira e categoria de Assistente Técnico dos seguintes trabalhadores: -----

- Rui Filipe Gonçalves da Cruz; -----

- Célia Cristina de Oliveira Candeias Simeão; -----

- Paulo Alexandre Pereira Mesuras.-----

**FUNDAMENTOS: De facto:** A mobilidade intercarreiras ou intercategorias dentro do mesmo órgão ou serviço ou entre dois órgãos ou serviços pode consolidar-se definitivamente, desde que reunidas as condições previstas na lei.-----

**De direito:** Ao abrigo do disposto no artigo 99.º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aditado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira e Jaime Cáceres, eleitos da CDU. -----

Três abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa, eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos, eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais.-----

**ENTIDADE: FIALHO CORREIA & LAMPREIA LDA.** -----

**ASSUNTO: “Loteamento Municipal do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo – Prorrogação de prazo para entrega dos projectos para licenciamento de construção, lotes n.ºs 6 e 7 da Expansão 0”.**-----

**LOCALIZAÇÃO:** Cercal do Alentejo.-----

**REFERÊNCIA:** Processo n.º 2019/300.10.003/8 de 19 de fevereiro, da Secção de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração e Gestão Financeira. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Autorizar a prorrogação do prazo para a entrega dos projectos para construção, por um período adicional de 90 dias, em virtude de ter ocorrido a necessidade de entrega de elementos técnicos suplementares necessários à execução dos mesmos.-----

**FUNDAMENTOS: UM** - Os prédios designados por lotes n.ºs 6 e 7 da Expansão 0 do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo, inscritos sob os artigos matriciais 3869º e 3870º e descritos na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob n.ºs 1892 e 1893/20080827, foram atribuídos por acordo direto, à Fialho Correia & Lampreia Lda, e a outorga do Contrato Promessa de Compra e Venda, teve lugar em 09 de abril de 2019, tendo sido efetuado o pagamento, conforme o previsto no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**DOIS** - De acordo com a alínea y) do n.º 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

**TRÊS** - De acordo com o Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE: VANDA CRISTINA RUIVO GUIOMAR** -----

**ASSUNTO: Redução dos valores das tarifas de consumo de água, resíduos urbanos e águas residuais na fatura n.º 001/86427/2019 no valor de 393,48€, referente ao consumidor n.º 6779.** -----

**LOCALIZAÇÃO:** Rua Conde Bracial n.º 19, Relvas Verdes. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**REFERÊNCIA:** Processo nº 2019/350.30.001/183, documento interno nº 25610 de 03/10/2019, Área Administrativa e Saneamento da Divisão de Administração Geral e Financeira -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Camara Municipal Álvaro Beijinha. -----

**PROPOSTA:** Autorizar a redução de 31,85€ na tarifa variável de Resíduos Urbanos, 109,40€ na tarifa variável de Águas Residuais, e 108,06€ na tarifa variável da Água (sem IVA).-----

**FUNDAMENTOS:** Deve ser atendido que os tarifários dos serviços de resíduos urbanos e águas residuais baseiam-se na indexação ao volume de água consumida, e que parte da água perdida não retorna à rede de saneamento nem reflete o volume de resíduos urbanos produzidos. -----

Deve ser atendido que o excesso de consumo decorrente de uma situação de rotura na rede predial, corresponde a um desperdício de água que não é utilizada na sua totalidade pelos utilizadores, pelo que se considera plausível o ajustamento da faturação, de forma a atenuar o impacto na fatura do consumo excecional e excessivo provocado por uma situação anómala.

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** LUIS FILIPE VILELA AÇO PEREIRA -----

**ASSUNTO:** Pedido de redução da tarifa variável de resíduos urbanos e aplicação do consumo de água no 3.º escalão na fatura n.º 001/68055/2019 no valor de 117,95 e na fatura n.º 001/87479/2019 no valor de 237,64€.-----

**LOCALIZAÇÃO:** Monte dos Patos Caixa Postal n.º 1991, em Santo André. -----

**REFERÊNCIA:** Processo n.º 2019/350.30.001/162 de 17/09/2019 da DAGF/AAAS. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha -----

**PROPOSTA:** Autorizar a redução de 12,39€ na tarifa variável de resíduos urbanos, a redução de 36,47€ na tarifa variável da água (sem IVA) na fatura n.º 001/68055/2019 e reembolso do valor total através de cheque, tendo em conta que a referida foi paga através de débito direto. Autorizar igualmente a redução de 22,40€ na tarifa variável de resíduos urbanos e a redução de 86,19€ na tarifa variável da água (sem IVA) na fatura n.º 001/87479/2019.-----

**FUNDAMENTOS:** Deve ser atendido que os tarifários dos serviços de resíduos urbanos e águas residuais baseiam-se na indexação ao volume de água consumida, e que parte da água perdida não retorna à rede de saneamento nem reflete o volume de resíduos urbanos produzidos. -----

Deve ser atendido que o excesso de consumo decorrente de uma situação de rotura na rede predial, corresponde a um desperdício de água que não é utilizada na sua totalidade pelos utilizadores, pelo que se considera plausível o ajustamento da faturação, de forma a atenuar o impacto na fatura do consumo excecional e excessivo provocado por uma situação anómala.

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** SOCIEDADE DA JUVENTUDE CERCALENSE -----

**ASSUNTO:** Licenciamento de Diversão Provisória e Licenciamento Especial de Ruído – Ratificação de despacho.-----

**REFERÊNCIA:** Proc. de Licenciamentos 2019/450.10.221/98 e de 2019/450.10.215/114 de 10/10/2019 da DAGF/SAG/Taxas e Licenças. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha.-----

**PROPOSTA:** Ratificar o Despacho de 11 de outubro de 2019 referente ao Licenciamento de Diversão Provisória e Licença Especial de Ruído para a realização de Baile – Angariação de Fundos no dia 11 de outubro de 2019 no Salão da Sede da Coletividade de Cercal do Alentejo solicitados pela Sociedade da Juventude Cercalense entre as 00h e as 05h. -----

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

**FUNDAMENTOS:** - Ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, pode o presidente praticar quaisquer atos da competência da Câmara Municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática. -----

- É competência da Câmara Municipal, o Licenciamento da Recinto de Diversão Provisória ao abrigo do artigo 7º do Decreto-Lei nº309/2002 de 16/12 e o Licenciamento Especial de Ruído ao abrigo do artigo 15º do regulamento Especial de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº9/2007 de 17/01.-----

A Associação não apresentou os requerimentos em tempo útil de ser deliberado o Licenciamento pela Câmara.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Celebração de Protocolo de Colaboração entre o Município de Santiago do Cacém e a Subcomissão de Coordenação Regional do Alentejo para o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI). -----

**LOCALIZAÇÃO:** Município de Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo n.º2019/150.10.702.01/4, da DEASS-----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Margarida Santos. -----

**PROPOSTA:** Aprovar a Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Santiago do Cacém e a Subcomissão de Coordenação Regional do Alentejo para o SNIPI, documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número duzentos e treze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da Reunião.-----

**FUNDAMENTOS:** 1. O SNIPI tem como missão garantir a Intervenção Precoce na Infância (IPI) no Município de Santiago do Cacém, estendendo-se como um conjunto de medidas de apoio integrado centrada na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, saúde e da ação social.-----

2. Nos termos das alíneas r) e u) do nº 1, do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais.-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** ILÍDIA ISABEL RITA AMARO LOUREIRO -----

**ASSUNTO:** Certidão de Destaque Urbano. -----

**LOCALIZAÇÃO:** Largo da República, nº 11, Alvalade. -----

**REFERÊNCIA:** Processo nº 03/2019/123 datado de 29/03/2019 da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, em nome de Ilídia Isabel Rita Amaro Loureiro. -----

**APRESENTANTE:** Senhora Vereadora Margarida Santos. -----

**PROPOSTA:** Emitir Certidão de Destaque Urbano, para o prédio inscrito na matriz sob o artigo urbano 1891, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob o nº 1107/20030606, com a área total efetiva de 270,00 m<sup>2</sup>, da Freguesia de Alvalade. -----

**FUNDAMENTOS:** **De Facto** 1. Através do requerimento n.º 8574, de 29/03/2019, é solicitado um pedido de destaque dentro do perímetro urbano de Alvalade, para o prédio inscrito na matriz sob o artigo urbano 1891, descrito na Conservatória do Registo Civil de Santiago do Cacém sob o n.º1107/20030606, Freguesia de Alvalade.-----

2. De acordo com o levantamento topográfico apresentado, verifica-se que o prédio urbano tem a área total de 247,55 m<sup>2</sup>, em vez dos 270,00 m<sup>2</sup> descritos na certidão da Conservatória do Registo Predial. -----

3. As duas parcelas objecto do pedido de destaque confrontam com arruamentos públicos e ficarão com as seguintes áreas: -----

- Área total do prédio (certidão do registo predial n.º 1107/20030606)..... 247,55 m<sup>2</sup>;

- Área da parcela a destacar ..... 118,43 m<sup>2</sup>;

(fica com entrada pela Rua Duque de Terceira, tem a área coberta de 86,67 m<sup>2</sup> e a área descoberta de 31,76 m<sup>2</sup>). -----

- Área da parcela remanescente..... 129,12 m<sup>2</sup>;

(fica com entrada pelo Largo da República, tem a área coberta de 57,65 m<sup>2</sup> e a área descoberta de 71,47 m<sup>2</sup>). -----

4. Não é permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário, novo destaque por um prazo de 10 anos, contados da data do destaque anterior. -----

5. O ónus do não fracionamento deverá ser inscrito no registo predial sobre as duas parcelas resultantes do destaque. -----

6. Verifica-se que a pretensão reúne os requisitos legais para a operação de destaque. -----

7. A certidão emitida pela câmara municipal constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada. -----

**De Direito:** Nos termos do disposto no artigo 6.º n.ºs 4, 6, 7 e 9 do Regime Jurídico da Edificação e Urbanização (aprovado pelo DL-555/99, de 16/12, na sua atual redação).-----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Ação Social Escolar 2019/2020 – Auxílios Económicos Pré-Escolar e 1º Ciclo – Material Escolar, Refeições Escolares e Visitas de Estudo (1º Ciclo)-----

**LOCALIZAÇÃO:** Santiago do Cacém -----

**REFERÊNCIA:** Processo número 2019/650.10.100/575, de 26/09/2019, da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde -----

**APRESENTANTE:** Senhor Vereador Jaime Cáceres-----

**PROPOSTA:** **Um** – Aprovar as candidaturas das crianças e dos(as) alunos(as) constantes nas listagens do anexo I, II, documento que é dado como reproduzido na presente Ata com o número duzentos e catorze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário da Reunião, e Reavaliações, atribuir escalão A e B e respectivas participações (refeições escolares, material escolar e visitas de estudo (1º Ciclo)), uma vez que reúnem as condições e os princípios enunciados na Informação 11164, de 26/04/2019 e que, foram objecto de deliberação de Câmara, de 09.05.2019 (Proposta de Agenda nº 11831, de 06.05.2019);-----

**Dois** – Transferir a verba de Material Escolar para as papelarias dos Agrupamentos de Escolas de: Cercal do Alentejo – 12,50€; Prof. Arménio Lança – 37,50€; Santiago do Cacém – 25€ e Santo André – 75,00€, no valor total de 150,00€; -----

**Três** – Transferir a verba para Visitas de Estudo para os Agrupamentos de Escolas de: Cercal do Alentejo – 10,00€; Professor Arménio Lança – 10,00€ e Santo André – 20,00€, no valor total de 40,00€.-----

**FUNDAMENTOS:** **1** – A importância que se reveste a Ação Social Escolar para a garantia de acesso a todas as crianças e jovens à Educação e Ensino; -----

**2** – Pressupostos subjacentes à deliberação de Câmara de 09.05.2019 (com o registo de Proposta de Agenda nº 11831, de 09.05.2019); -----

- nº 1, alínea c), e o nº 2, do artigo 14º, do Dec-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro; -----

- alínea hh), nº 1, do artigo 33º, da Lei 75/3013, de 12 de set; -----

- nº 1, nº 2 e nº 5 do artº 8, artigos nº 11º, 12º, nº 1, alínea a) e b) do artº 13º do Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de acção

## CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

---

social escolar, alterado pelo Despacho nº 5296/2017, de 16 de junho, retificado pela Declaração de Retificação nº 451/2017, de 11 de julho, com as alterações efetuadas através do Despacho nº 7255/2018, de 31 de julho. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**ENTIDADE:** ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES E PESCADORES R.L. SANTIAGO DO CACÉM -----

**ASSUNTO:** Licenciamentos de Diversão Provisória e Licenciamentos Especiais de Ruído -----

**REFERÊNCIA:** Proc. de Licenciamentos 2019/450.10.221/96 e de 2019/450.10.215/112 de 04/10/2019 da DAGF/SAG/Taxas e Licenças. -----

**APRESENTANTE:** Senhor Vereador Jaime Cáceres. -----

**PROPOSTA:** Se aprovem os licenciamentos para a realização de Baile/Matiné no dia 20 de outubro de 2019 no Antigo Cinema do Cercal do Alentejo solicitados pela Associação de Caçadores e Pescadores R. L. de Santiago do Cacém entre as 16h e as 23h. -----

**FUNDAMENTOS:** - É competência da Câmara Municipal, o Licenciamento de Recinto de Diversão Provisória ao abrigo do Artigo 7º do Decreto-Lei nº309/2002 de 16/12 e o Licenciamento Especial de Ruído ao abrigo do Artigo 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº9/2007, de 17/01. -----

**DELIBERAÇÃO:** Aprovar. -----

**FORMA:** Por unanimidade. -----

**IMPRENSA** - Tomado conhecimento. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, em Minuta, cada uma das deliberações constantes desta Ata nos termos e para os efeitos do artigo cinquenta e sete, números um a quatro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas dez horas vinte minutos. -----

Desta Reunião se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro dos Santos Beijinha, e por mim, José Pereira dos Reis Vilhena Gonçalves, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, exercendo as funções de Secretário.--

O Presidente da Câmara Municipal

\_\_\_\_\_  
O Secretário da Reunião  
\_\_\_\_\_